

Senado unânime aprova a lei salarial

Carmen Kozak

O Governo sofreu mais uma derrota no Congresso Nacional: o Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei de política salarial que protege da inflação a remuneração dos trabalhadores que recebem até dez salários mínimos. O projeto, que foi aprovado na Câmara há duas semanas, será encaminhado para a sanção, mas o presidente Fernando Collor já antecipou que vetará integralmente a proposta. O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que Collor deveria "aceitar uma decisão soberana e unânime do Congresso" e garantiu: "Se o veto acontecer, será derrubado antes da eleição de outubro".

A aprovação do projeto de política salarial só foi possível porque algumas lideranças que apóiam o Governo, como o PFL, decidiram votar favoravelmente à proposta. Além disso, a ausência dos líderes governistas no plenário impediu a realização de qualquer manobra de obstrução. No instante da votação,

os senadores José Ignácio Ferreira (PST-ES), Ney Maranhão (PRN-PE) e Odacyr Soares (PFL-RO) estavam no Ministério da Economia tentando negociar a apresentação de uma contraproposta do Governo. Eles pediram às demais lideranças do Senado que aguardassem meia hora para dar início à votação. A votação foi protelada o máximo possível e, diante da falta de retorno sobre as negociações dos líderes governistas, foi realizada uma votação simbólica e todos os senadores presentes votaram favoravelmente ao projeto.

Atraso

Poucos minutos após a votação, o líder José Ignácio Ferreira chegou ao plenário da Casa com a proposta do Governo. "A equipe econômica concorda com o pagamento de um abono de 6%, para quem ganha até três salários mínimos, nos meses de julho e agosto", anunciou. Além do atraso do líder governista, a proposta em si provocou risos no plenário, visto que o projeto aprovado beneficia com a reposição da inflação plena o trabalhador que recebe até dez mínimos.

Parlamentares ligados ao Governo explicaram que a ausência dos líderes governistas na sessão de ontem não foi um "cochilo" e sim uma estratégia. Isso porque, existiam 49 senadores na Casa, o que garantia a aprovação do projeto, mesmo em caso de votação nominal. Como a derrota era inevitável, os líderes optaram pela ausência pois o desgaste político seria menor se não promovessem uma nova tentativa de obstrução.

Essa ausência "estratégica" propiciou uma cena pouco comum nos plenários do Congresso: senadores e deputados de oposição e governistas aplaudiram a aprovação da matéria. O deputado Ulysses Guimarães comemorou a vitória dos partidos de oposição e foi cumprimentado por todos os presentes, já que foi um dos principais articuladores da aprovação do projeto. O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), satisfeito com o resultado, afirmou que "o partido mostrou sua força" e que o Congresso "deixou claro que não está disposto a se submeter às imposi-

ções" do Palácio do Planalto e da equipe econômica.

Alerta

O deputado José Genoíno (PT-SP), que trabalhou muito pela aprovação desse projeto, advertiu o Executivo para os riscos de um veto à proposta de política salarial: "Quero ver o Collor vetar esse projeto. Ele que arque sozinho com o ônus político, porque a inflação voltou e os salários estão cada vez mais achatados". Observou que "se vetar", o Governo será derrotado mais uma vez, "pois vamos derrubar o veto".

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, afirmou que não pensa na hipótese de veto presidencial. "É preciso reconhecer que a matéria foi aprovada com o voto de todas as lideranças, algumas que apóiam o Governo Collor. Não é possível vetar um projeto fruto de um consenso dessa natureza", afirmou. Garante que, no caso de veto, "o PMDB derrubará", lembrando o que aconteceu no ano passado com um veto do presidente José Sarney a um outro projeto de política salarial.